

DISCURSO CHARGÍSTICO: ANÁLISE DE SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS DO ARQUIVO JORNALÍSTICO

Cristiane Renata da Silva Cavalcanti¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho aborda o discurso jornalístico, trazendo como elemento para sua análise o discurso da charge. Trataremos esse tipo de discurso pela perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa e de seu lugar nas ciências da linguagem, seu estatuto textual e sua ligação com a história.

Depois, serão abordadas as instâncias do discurso jornalístico: sua constituição, formulação e circulação. Em seguida, explicitaremos como esse discurso, enquanto prática de arquivo, produz uma memória institucionalizada.

Por fim, proporemos sugestões de análises do discurso de uma charge produzida no período do segundo turno das eleições presidenciais do ano de 2010, veiculadas em três grandes jornais do Brasil.

A noção de arquivo, neste estudo, é movimentada a partir de reflexões embasadas na teoria da Análise do Discurso francesa. Sendo assim, a finalidade aqui é a de fazer uma discussão teórica sobre o discurso jornalístico, o discurso da charge e a noção de arquivo que produz memória. Assim, a partir desses dispositivos, chegaremos às análises das sequências discursivas.

Desse modo, seremos capazes de, a partir de gestos distintos de leitura do arquivo, verificar por que certos sentidos sofrem movimentos parafrásticos e polissêmicos e até mesmos permitem processo de apagamento, enquanto outros permanecem.

Analisaremos, de tal modo, uma sequência discursiva do arquivo do jornal impresso de circulação do estado de Pernambuco, uma vez que entendemos que o

¹Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco, professora da rede pública de ensino do estado de Pernambuco.

arquivo, mesmo não sendo totalmente interpretável, mesmo não sendo plenamente acessível, é sempre fértil e, a cada (re)leitura, é possível que o analista encontre ali outros sentidos que anteriormente lhe pareciam obscuros.

Entendemos que pelos dispositivos teóricos e analíticos da Análise do Discurso, podemos chegar aos processos discursivos que ora são percebidos no arquivo, ora não. Compreendemos, também, que o analista de discurso, em sua incompletude, em sua incapacidade constitutiva de decifrar todos os sentidos, tenta identificar processos discursivos que são postos como evidência e tenta desnaturalizá-los, instigando assim reflexões sobre o funcionamento teórico e/ou analítico do arquivo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CORPUS

Na perspectiva discursiva, a charge produz efeitos de sentido e aponta para sentidos possíveis e, geralmente, ordena, questiona e se cerca de novos dizeres, possibilitando uma tomada de posição mediante a produção de sentidos outros, marcando a relação entre aquele que a observa e os sentidos que nela se instalam, marcando a afinidade entre os interlocutores.

A charge tem, em sua marca, a relação entre os interlocutores, assim como o discurso, numa exterioridade (simbólica e ideológica/política) que se origina a partir de um acontecimento histórico, incomensurável, produz uma leitura interpretativa dos fatos que é assimilada por sujeitos leitores e, assim constitui parte de um imaginário social sobre um dado assunto. Dessa forma, pensamos a charge como um discurso que gera efeitos de sentidos, carregado de incompletude e movimentação de sentidos, que se materializa em texto e faz parte do discurso jornalístico.

Entendemos também o jornal como discurso documental enquanto prática de arquivo, mediada pelas instituições, que produz uma memória institucionalizada, estabilizadora de sentidos. Em *Ler o arquivo hoje*, Pêcheux (2010) chama atenção para o fato de que os arquivos textuais apresentam características específicas, distintas daqueles em que prevalecem os dados de natureza quantitativa: o

discursivo informaticamente marcado sob a forma dos ‘dados textuais’ não tem, efetivamente, a mesma relação nos procedimentos lógico-matemáticos que este outro tipo de dados, de natureza quantitativa, utilizados em economia, em demografia, em história etc. De forma que este domínio, o qual será conveniente aqui chamarmos do discurso textual, é o lugar em potencial de um confronto violentamente contraditório (PÊCHEUX, 2010, p.50).

Nessa contradição, os estudos que se seguiram na AD sobre a questão da leitura de arquivo (ORLANDI, 2010), nos conduzem a atentar para as materialidades linguísticas do arquivo, para a produção das metáforas de arquivo e a possibilidade de equívoco na leitura dos “discursos textuais”. Por isso entendemos que o jornal, como suporte para diferentes discursos textuais, seria um arquivo dessas materialidades linguísticas.

Compreender o modo de constituição dos arquivos na história, o lugar que o documento textual e o funcionamento das sistematicidades linguísticas ocupam nesse processo, assim como os efeitos de memória que nele se produzem, é uma etapa importante para o conhecimento dessas práticas. Tudo isso traz condições para um posicionamento refletido diante do espaço polêmico da memória e das leituras de arquivo. Um dos pontos que levam a uma compreensão mais aprofundada do funcionamento do arquivo está nos estudos da memória, do interdiscurso, dos movimentos parafrásticos e polissêmicos.

Segundo Orlandi (2003, p.14), a memória enquanto interdiscurso diz respeito “ao saber discursivo, ao fato de que todo dizer se produz sobre um já-dito. Todo dizer é já gesto de interpretação, posição face à memória”. Já a memória enquanto arquivo é a memória institucionalizada, estabilizada; uma vez que estamos chamando arquivo é a memória institucionalizada, estabilização de sentidos. No arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças.

Se no interdiscurso há o que se deve dizer, mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há, assim, um efeito de fechamento. Se o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece (ou o que não se deve esquecer).

Se no interdiscurso fala uma voz sem nome, com diz Courtine (1984) (ORLANDI, 2012, p.34), no arquivo fala a voz comum, a de todos (embora dividida) (ORLANDI, 2003, p.15).

Desse modo, é preciso distinguir a memória institucionalizada (a memória de arquivo) e a memória enquanto interdiscurso (o horizonte do já-dito). O arquivo corresponde a representações imaginárias da memória. Podemos acrescentar que a memória institucionalizada tem uma história e que ela é sustentada por certas condições que, quando deixam de vigorar, abalam a estabilidade do arquivo.

É assim que as charges coletadas em jornais deixam de ser pertinentes a partir do momento em que surgem outros discursos chargísticos. Isso corresponde também a uma modificação da relação entre o discurso jornalístico e sua constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro.

Nas palavras de Nunes (2007, p. 374), “o material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de ‘comprovação’, onde se suporia uma interpretação unívoca”.

Sabemos que nem sempre a Análise do Discurso teve esse tratamento metodológico com o arquivo. Ainda muito presa e tão somente ligada ao discurso político, a Análise do Discurso partia já de uma leitura consagrada de arquivo para construir seu *corpus* de análise. Desse modo, esse não retorno ao arquivo poderia restringir certas análises. Para confirmar, J. Guilhaumou e D. Maldidier (2010, p.162) afirmam que

inicialmente presa ao gênero do discurso político a análise do discurso clássica não tinha nenhuma necessidade de diversificação do arquivo. No entanto, a partir da busca por aquilo que instala social no interior do político, não pudemos mais ignorar a multiplicidade de dispositivos textuais disponíveis. Vemos que a Análise do Discurso ampliou seu campo de investigação: do interesse pelo discurso doutrinário, ela passou ao que poderíamos chamar a história social dos textos.

Nesse sentido, reafirmamos aqui a posição dos autores dizendo que a AD não trabalha mais somente no campo político. Sua ampliação é tamanha que são analisados desde o discurso político ao imagético, assim como uma diversidade de materialidades discursivas.

Tal indicação nos direciona para uma diversificação do arquivo, com a consideração da multiplicidade de “dispositivos textuais”. Se os estudos baseados nessa concepção levaram a uma diversificação dos *corpora* e à análise do modo como um “tema” se apresenta em vários arquivos, eles nos conduzem a uma análise mais ampla, constitutiva de sentidos, do funcionamento de um ou outro arquivo, o qual é polissêmico e possui multiplicidade de discursos.

Assim, percebemos os efeitos de sentido possíveis num estudo do arquivo e suas possíveis interpretações (gestos de leituras). Nas leituras do arquivo, os equívocos produzem efeitos de multiplicidade, de deriva, de alternância, produzindo a ilusão do percurso múltiplo. Isso nos permite hoje um outro olhar sobre o que seja o discurso dentro de um arquivo.

DISPOSITIVO METODOLÓGICO

O nosso *corpus* se constitui de uma charge, com o trajeto temático², que traz como eixo temático um dos acontecimentos jornalísticos mais divulgados na mídia no período do segundo turno, de 1º de outubro de 2010 a 31 de outubro de 2010, que foi a “bolinha de papel”. O objetivo da nossa busca foi selecionar uma charge que tematizasse uma questão polêmica que circulou na mídia no período político para eleições presidenciais do ano de 2010.

Buscaremos, assim, compreender o funcionamento discursivo da charge que circulou nesse período sobre o ponto de vista da tensão, constitutiva da linguagem, entre paráfrase e polissemia, considerando a relação do dizer com memória discursiva e histórica, e também, o funcionamento do discurso político e da ideologia no processo de produção de sentidos. Vamos à análise.

². A noção de trajeto temático foi trabalhada por Malidier e Guilhaumou (2010), que defendem o acontecimento discursivo como “apresentação na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” através da tematização (MALDIDIER E GUILHAUMOU, 2010, p. 164).



Diário de Pernambuco, 21/10/2010.

Percebemos, mais uma vez, o imaginário do marketing sensacionalista da campanha eleitoral sendo evidenciado pela mídia na charge. O discurso jornalístico se apropria dessa memória discursiva quando veicula o acontecimento histórico do ‘caso da bolinha de papel’ nesse discurso.

À primeira vista, tal discurso apresenta-se revestido do movimento parafrástico devido ao fato de ter sido repetido novamente pelo chargista, passando a fazer parte da memória coletiva dos brasileiros que acompanham o movimento político. Mais uma vez o jornal impresso passou a funcionar como lugar de memória, sendo objeto de repetição da repetição e consequentemente regularizando um conjunto de sentidos e saberes que discursivizou esse acontecimento histórico.

O acontecimento noticiado pela mídia do incidente com o candidato Serra, quando caminhava em campanha e foi atingido por um objeto, foi noticiado exaustivamente pela mídia. Os jornais noticiaram que o objeto era uma fita banana ou adesiva, outros propagaram que era um objeto pesado e outros que se tratava de uma bolinha de papel, posições que amenizavam ou dramatizavam o fato.

Desse modo, ao mesmo tempo em que garante o mesmo, vai produzindo alguns feitos de sentido que fazem deslizar o sentido inscrito na memória discursiva. Como podemos ver, a sequência imagética deslocou-se de uma posição de sujeito para outra, provocando outro efeito de sentido. Passando de uma FD que divulga o acontecimento para ressoar ideologicamente uma FD que ironiza o fato.

Desse modo, a materialidade discursiva da charge constitui a retomada direta do fato, no espaço do acontecimento político, conforme Pêcheux (2010, p. 17), “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação e implica a retomada e circulação de discursos”. Assim, há na charge, o entrecruzamento de diferentes formações discursivas constitutivas do sujeito e reveladoras de dada realidade social que tem lugar na história do Brasil no ano 2010 das eleições para presidente da república. O chargista enuncia e ao mesmo tempo ironiza o fato social, caracterizando uma heterogeneidade própria à constituição do discurso chargístico.

O entrecruzamento desses movimentos rompe-se para outra FD quando vemos que o objeto, que agora atinge Serra, foi substituído por uma fita adesiva/banana personalizada de IBOPE -Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. Outra sequência não verbal, que também nos sugere tal interpretação são os signos gráficos metafóricos, típicos das histórias em quadrinhos, como as estrelinhas e passarinhos que indicam a pancada ou a desorientação, sendo deslocados para tucanos e estrelas vermelhas, que representam o PSDB e o PT.

O silenciamento da candidata Dilma, representado pelas estrelas vermelhas que simbolizam o PT, é acionado em nossa memória quando percebemos que quem está desorientando Serra após a pancada é justamente a representação da candidata em forma de estrelas vermelhas, sugerindo-nos também uma mudança de FD na charge.

Dessa maneira, a charge acima, apesar de o autor tentar retratar o mesmo que o Ibope divulgou no dia 20 de outubro de 2010, em uma pesquisa de intenção de voto para o segundo turno da eleição presidencial que afirmava a vantagem de Dilma Rousseff, do PT, sobre José Serra, do PSDB, como um aumento de seis para 11 pontos percentuais, considerando os votos totais, ocasionou o diferente que se inscreve na mesma FD de atingimento. No entanto, quem atingiu politicamente Serra foi o resultado das pesquisas do IBOPE. Podemos observar na charge retrata que o resultado do IBOPE fez o candidato tombar ao chão e não só o objeto jogado no candidato. A condição de produção da charge retrata um momento histórico

diferente e o chargista trabalha com a memória do leitor, trazendo à tona elementos do episódio da bolinha de papel, compondo a produção discursiva da charge.

Como diz Courtine (2009, p. 104), toda produção discursiva faz circular formulações anteriores, porque ela possui em seu domínio associado outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega. Assim, os sentidos se transformaram e tornaram outros constituindo no jornal um lugar de memória³ em que a charge está inserida, constituída em sua natureza sócio-político-histórica.

Assim, a charge ao mesmo tempo em que garante o movimento parafrástico do acontecimento, vai produzindo alguns efeitos de sentido que fazem deslizar o sentido inscrito na memória discursiva, na tensão entre os movimentos parafrásticos e polissêmicos, entre o mesmo e o diferente.

Porém, podemos concluir que o "mesmo" não é a simples repetição, pois o discurso é um acontecimento que não se repete. Então precisamos considerar que a formulação parafrástica não pode ser reduzida sempre à pura e simples repetição, pois apesar do discurso possuir um caráter de estabilidade, ele terá sempre um caráter de desestabilidade.

A relação entre paráfrase e polissemia, indispensável aos discursos, é a que permite "a fluidez dos sentidos" e é nesse jogo entre o mesmo e o diferente que os sentidos se movimentam e se significam" (ORLANDI, 2001, p. 36).

CONCLUSÕES

Compreendemos a natureza da charge no discurso jornalístico e tivemos a possibilidade de pensar nos deslocamentos inerentes à sua veiculação nesses jornais de grande circulação local e nacional e constatamos que os deslocamentos significativos das charges possuem uma função de crítica político-social-ideológica.

Então, pudemos confirmar, através da análise, que o sentido não está posto, mesmo que na charge seja evidenciado um efeito de cristalização, de consolidação,

³ Lugar de memória, noção traçada por Pierre Nora (1984), se apresentam sob a forma de objetos, instrumentos, instituições, documentos, traços vivos constituídos no entrelaçamento do histórico, cultural e simbólico.

de transparência de sentido e, sendo materialidade do arquivo jornalístico, está sujeita à interpretação, à confrontação, e portanto, “não corresponde a um espaço de ‘comprovação’, onde se suporia uma interpretação unívoca”.

Entendemos que a existência de uma memória discursiva, exterior ao discurso, é que determina os efeitos de sentidos que dele decorrem a partir de suas condições sócio-histórico-políticas de produção. Ou seja, os efeitos de sentido de uma charge se dão sempre em função de sua historicidade e da memória discursiva que a constitui.

REFERÊNCIAS

COURTINE, J. J. Definition d' orientations théoriques et methodologiques en analyse de discours. *Philosophiques*, v.9, n.2, Paris, 1984.

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DELA SILVA, S. C. *O acontecimento da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV com grande mídia*. Tese de Mestrado, Campinas, SP, 2008.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. 8ª edição. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2013.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. 22ª Ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de Leitura; da história no discurso*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010, p. 161-183.

MARIANI, B.S.C. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan: Campinas, SP: Unicamp, 1988a.

_____. As leituras da/na rocinha. In: *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1988 b.

_____. Os primórdios da imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

NUNES, J. H. O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. *Alfa*. São Paulo, n. 52, v. 1, p. 81-100, 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1468>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

_____. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.) *Mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 373-380.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3ª. ed. Campinas-SP: Pontes editores, 2008a.

_____. *Terra à vista –Discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2ª. Ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2008b.

_____. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. 10ª ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. Efeitos de verbal sobre o não-verbal. In: *Revista Rua*. Campinas: Unicamp, nº1, p. 35-48, 1995.

_____. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: _____ (Org.). *Para uma enciclopédia discursiva da cidade*. Campinas: Pontes, 2003. p.7-20.

_____. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. *RUA*, Campinas, 1998, p. 9-19.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. 3ª Ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010.

_____.(Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. Análise Automática do Discurso, (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª Ed. Campinas: UNICAMP, 2009.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et all. *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. 3 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.